

TRAÇOS SEMÂNTICOS NA AQUISIÇÃO DA LINGUAGEM: HÁ EFEITOS DE MODALIDADE DE LÍNGUA?

Ruth E. Vasconcellos LOPES (UFSC/ CNPq)

Ronice Müller de QUADROS (UFSC/ CNPq)

RESUMO

O papel dos traços interpretáveis vem sendo explorado em relação à aquisição de segunda língua, sob a hipótese de que traços não-interpretáveis, por estarem sujeitos ao período crítico de aquisição, não estariam mais disponíveis e, assim, aprendizes de segunda língua dependeriam dos traços interpretáveis para chegar à gramática-alvo (cf. Lardine, 2000; Tsimpli, 2003; entre outros). A hipótese que desenvolvemos aqui é que traços interpretáveis também têm um papel na aquisição de primeira língua – não como parâmetros morfossintáticos, mas como microparâmetros associados a traços não-interpretáveis em determinadas categorias funcionais. Para testar essa hipótese, examinamos a aquisição de objetos nulos em português brasileiro (PB) e a aquisição de verbos com e sem concordância na Língua de Sinais Brasileira (LSB). Tal comparação nos permite detectar se há algum efeito de modalidade envolvido.

O objeto nulo em PB depende dos traços semânticos do antecedente, envolvendo a correlação entre os traços de animacidade e especificidade: um antecedente animado e específico é raramente recuperado por uma categoria nula na gramática adulta. Em relação à distinção entre verbos com e sem concordância em LSB, os primeiros concordam com o sujeito e o objeto, mobilizando dois traços distintos – orientação da mão e direção do movimento –, enquanto os verbos sem concordância simplesmente não apresentam flexão (cf. Meier, 2002).

A análise de dados de produção espontânea de duas crianças adquirindo o PB (1;8 a 3;7) e duas crianças surdas filhas de pais surdos adquirindo a LSB (0;8 a 2;6) nos permite mostrar que: (a) traços lexicalmente intrínsecos como animacidade em PB e orientação da mão em LSB não colocam problemas para a aquisição; (b) traços derivados composicionalmente para interpretação em Forma Lógica, associados a categorias funcionais, levam à aquisição mais tardia. Esse é o caso do traço de especificidade em relação ao objeto nulo e à projeção de AspP, assim como a direção do movimento nos verbos com concordância.

ABSTRACT

The role of interpretable features in language acquisition has been explored for L2 learners under the assumption that uninterpretable features are subject to Critical Period constraints, therefore L2 learners have to rely on interpretable features (see Lardine, 2000; Tsimpli, 2003; among others). Our hypothesis is that interpretable features also play a role in L1 acquisition, not as morphosyntactic parameters, but as micro-parameters that interact with uninterpretable features in relevant functional categories. In order to test that, we examine the acquisition of the null object in Brazilian Portuguese (BP) and the acquisition of agreement and plain verbs in Brazilian Sign Language (LSB). The comparison allows us to check whether there are possible modality effects.

The null object in BP is constrained by the semantic features of the antecedent, involving the interplay between animacy and specificity: An animate and specific antecedent seldom occurs as a null category. As for the distinction between agreement and plain verbs in BSL, the former agrees with subject and object - involving two distinct features: Facing of the hands and direction of the movement -, while the latter does not inflect (see Meier, 2002).

Production data examined of two children acquiring BP (ages 1;8 – 3;7) and two Deaf children of Deaf parents acquiring LSB (ages 0;8 – 2;6) show that: (a) intrinsic lexical features such as animacy in BP and facing of the hands in LSB pose no problem for acquisition; (b) compositionally derived features for interpretation in Logical Form, associated with functional categories, delay the process. This is the case with specificity in the null object and the projection of AspP, as well as the direction of the movement in agreement verbs.

PALAVRAS-CHAVE

aquisição, traços, português brasileiro, língua de sinais brasileira

KEYWORDS

acquisition, features, Brazilian Portuguese, Brazilian Sign Language

Introdução

A partir do Programa Minimalista (especialmente, Chomsky, 1998, 1999 e 2001), a visão de acionamento paramétrico durante o processo de aquisição passa a ser entendida como a seleção de traços no léxico. Assume-se que há traços de duas naturezas: traços não-interpretáveis (formais) e interpretáveis (semânticos).¹ Os primeiros têm um papel na derivação sintática e no nível de interface com o componente fonológico,

mas não na Forma Lógica (doravante, LF do inglês *Logical Form*), na interface com o componente semântico, pois não são objetos interpretáveis em tal interface e, assim, devem ser retirados da computação antes que a derivação atinja a LF. A seleção e o funcionamento dos traços não-interpretáveis são, portanto, por excelência o lugar da parametrização. Assume-se que os traços interpretáveis façam parte de um léxico universal e, por não terem um papel no sistema computacional e serem objetos legítimos para interpretação pelo componente semântico, não seriam traços parametrizáveis.

Há algumas implicações tanto para o funcionamento do programa quanto para a aquisição da linguagem que valem ser exploradas. Em primeiro lugar, itens lexicais são concebidos como conjuntos de traços que alimentam o sistema computacional para que gere derivações que serão, por seu turno, interpretadas semanticamente. Entende-se, assim, a interpretação semântica de uma dada derivação como derivada composicionalmente da sintaxe. Cabe aqui uma distinção que será relevante para nossas hipóteses. Há traços semânticos intrínsecos a itens lexicais, como animacidade, por exemplo, e interpretações semânticas computadas a partir de um conjunto de diferentes traços na derivação sintática. Neste último caso, teríamos traços como o de especificidade, por exemplo, dependentes de uma dada estrutura sintática (tipo de predicado, estrutura do sujeito e objeto etc.).

Decorre, naturalmente, das implicações acima que, para a aquisição da linguagem, não deve haver problemas com os traços interpretáveis intrínsecos a itens lexicais, uma vez que são parte constitutiva do sentido de um dado item. Contudo, prevê-se que os traços semânticos que são mapeados a LF a partir da sintaxe possam resultar em dificuldade na aquisição. É preciso considerar, também, a relação entre os traços não-interpretáveis e os interpretáveis, uma vez que os primeiros devem ser selecionados a partir da Gramática Universal (GU), podendo, inicialmente, estar ausentes ou subespecificados, conforme hipótese a ser aqui explorada.

Esboçado o quadro acima, é natural que a literatura em aquisição da linguagem, especialmente de primeira língua (L1), pouco trate sobre os traços interpretáveis, dado que todo o interesse paramétrico tem se concentrado nos traços não-interpretáveis. O objetivo deste artigo é discutir o papel dos traços interpretáveis durante o processo de aquisição da primeira língua, questionando se, de fato, têm algum papel no processo e, caso tenham, a forma como impactam o processo de aquisição. É preciso ficar claro que a distinção não se concentra em aquisição de fenômenos semânticos, propriamente, sobre o que há farta literatura; antes porém, nosso interesse é verificar o papel dos traços semânticos em termos de sua seleção durante a aquisição e no âmbito do funcionamento do sistema computacional em sua correlação com traços formais.

Nesse sentido, serão comparados os papéis de traços interpretáveis e não-interpretáveis no processo de aquisição, visando a identificar seu funcionamento no desenvolvimento lingüístico da criança observando também possíveis efeitos de modalidade (língua oral-auditiva *versus* língua de sinais brasileira). Assume-se que a distinção entre essas duas qualidades de traços tenha efeitos sobre a aquisição de L1 independente da modalidade da língua.

O papel dos traços interpretáveis na aquisição de segunda língua (L2) tem recebido bastante atenção (Sánchez, 2004; Tsimpli, 2004; dentre outros), por assumir-se que a diferença entre a aquisição de L1 e L2 esteja, justamente, pautada pela acessibilidade aos traços interpretáveis por aprendizes de uma segunda língua, enquanto que, por hipótese, os traços não-interpretáveis não seriam mais acessíveis por estarem sujeitos ao Período Crítico.² Segundo Tsimpli (2004), aprendizes adultos de L2 compensam a falta de acesso a traços não-interpretáveis atribuindo traços interpretáveis a determinados elementos em sua gramática. Segundo a autora,

(...) lexical items which bear uninterpretable features in the target language are 're-analysed' morphologically by the assignment

of interpretable (semantic) features, which, in turn, regulate the distribution of these items, thus avoiding unconstrained optionality in their use by the adult L2 speaker. (Tsimplici, 2004: 2)

Segundo essa visão, a diferença, portanto, entre crianças adquirindo uma L1 e adultos, uma L2, teria a ver com o fato de que para as crianças ambos os tipos de traços estariam disponíveis.

Este artigo, conforme já se adiantou anteriormente, se propõe responder a pergunta: traços interpretáveis têm algum papel no processo de aquisição da linguagem? Dela decorre: se têm, são adquiridos globalmente, comparativamente à seleção de um dado traço não-interpretável – em termos mais tradicionais, são comparáveis à marcação de um valor paramétrico –, ou são adquiridos localmente, a partir de contextos sintáticos restritos?

Nossas hipóteses prevêm uma resposta positiva para a primeira pergunta e assumem que traços semânticos sejam adquiridos localmente, ou seja, sejam dependentes de contextos sintáticos restritos, assim como quando são mapeados para interpretação em LF a partir de determinados contextos sintáticos. Em outras palavras, um mesmo traço semântico pode apresentar diferentes padrões de aquisição a depender de um determinado contexto sintático. Desta forma, um traço como especificidade, por exemplo, não é adquirido de uma vez, mas dependerá de sua inter-relação com outros traços, especialmente os formais. Por outro lado, espera-se o mesmo padrão de desenvolvimento entre línguas que apresentem as mesmas interpretações semânticas quando houver formas em competição. Conquanto isso seja uma decorrência natural da hipótese que avançamos aqui, tal ponto não será explorado diretamente ao longo do artigo. Assumiremos, ainda, a partir de Tsimplici (*op. cit.*) que, assim como em L2, também em L1 traços semânticos sejam utilizados inicialmente pelas crianças como estratégia para evitar opcionalidade na gramática.

Através do exame da aquisição de dois fenômenos, objetos nulos no português brasileiro (PB) e a distribuição da aquisição de verbos com

concordância marcada e não marcada na língua de sinais, pretendemos sustentar, para além das hipóteses básicas enunciadas anteriormente, que a competição entre traços semânticos lexicalmente intrínsecos e derivados sintaticamente pode levar a uma convergência mais lenta. Para tanto, vamos examinar dados de produção espontânea longitudinal de duas crianças adquirindo o PB, R. – entre 1;9 e 2;8 anos – e AC – entre 1;8 e 3;7 anos – e da produção espontânea de duas crianças surdas adquirindo a língua de sinais brasileira, ANA – entre 0;8 e 2;11 – e LÉO – entre 1;8 e 3;9.³

O artigo está organizado da seguinte forma. Discutimos, na seção 2, a aquisição de objetos nulos; na 3, discutimos a aquisição dos verbos com concordância na língua de sinais brasileira. Finalizamos o artigo na seção 4, onde retomamos os fenômenos analisados sob a perspectiva das hipóteses aqui colocadas.

1. Objeto nulo

Lopes e Cyrino (2003), com base em Cyrino (1997) e outros autores, mostram que o objeto nulo no PB, para além de não apresentar restrições sintáticas, ocorre mais livremente quando o antecedente é [- animado]:⁴

- (1) O Emilio perdeu [a carteira] e não consegue achar Ø/?ela em lugar nenhum.
- (2) A Clara não quer que [o filho] veja TV, então ela sempre leva *Ø/ele no parquinho.

Contudo, se o antecedente for [+ animado] e também [- específico], então o nulo é também licenciado:

- (3) a. O policial insultou [o preso] antes de torturar *Ø/ele.
b. (O) policial insulta [preso(s)] antes de torturar Ø/?eles.

Segundo Cyrino (1997), diacronicamente, o objeto nulo surge em contextos proposicionais, onde haveria um clítico neutro de 3ª pessoa:

- (4) a. [Foi que D. Tibúrcio com a pena de se ver cometido de três mulheres], como vossa mercê sabe Ø ...
b. Que é isto sobrinho? — Eu o não sei, em minha consciência.⁵

Paulatinamente, o nulo, originalmente um clítico neutro, fora se expandindo para outros contextos que comportassem o traço [- animado]. O traço de especificidade passa, igualmente, a ter um papel no licenciamento do nulo, à medida que aumentam os contextos de uso desse elemento. Segundo Lopes e Cyrino (2003):

The interesting fact is the impact of the specificity feature of the antecedent on the null. The [- specific] antecedents become null only in the XXth century, while the [+ specific] ones increase quite remarkably in the XIXth century. When animacy and specificity of the antecedent are crossed, an increase in the occurrences of the null objects with antecedents which are DPs [+ specific, - animate] are observed in the XIXth century, while the increase in the null objects with [-specific] antecedents happens only in the XXth century. (p. 7)

O que se percebe, então, é que o *input* para a criança adquirindo PB passa a apresentar altas porcentagens de nulos restritos pelos traços de animacidade e especificidade do antecedente. Segundo Cyrino (1997), a porcentagem de nulos com antecedente [+ específico/- animado] chega a 87% no século XX.

Examinemos, agora, os resultados de aquisição.⁶ Para a análise dos dados, consideraram-se apenas verbos transitivos, bitransitivos e ECM, por serem os contextos que requerem um clítico nas demais línguas

românicas. Contextos de nulos categoriais como em elipse sentencial (5) foram desconsiderados para não aumentar artificialmente nossos resultados:

- (5) A(dulto): E o que acontece na história do Príncipe do Egito?
C(riança): Já esqueci Ø. (AC 3;7)

Na Tabela 1, abaixo, encontramos os resultados gerais de retomada anafórica de um DP em posição de objeto para ambas as crianças.

Nulo		Pronomes fortes		DPs		Total	
N	%	N	%	N	%	N	%
275	29.2	93	9.8	575	61	943	100

Tabela 1: Resultados gerais para as duas crianças

Podemos perceber, pela tabela acima, que o uso de nulo ainda está quantitativamente muito distante das figuras encontradas para a gramática adulta. Voltaremos a esse ponto em breve. Quando, entretanto, excluem-se os DPs lexicais, ficando a opção apenas entre nulos e pronomes fortes, então vê-se a clara preferência da criança pelo nulo:⁷

Criança	Nulo		Pronome forte		Total	
	N	%	N	%	N	%
R	134	75.2	44	24.8	178	100
AC	141	74.2	49	25.8	190	100
Ambas	275	74.7	93	25.3	368	100

Tabela 2: Média de realização de objetos nulos e pronominais

A tabela a seguir nos fornece o desenvolvimento de nulos e pronomes ao longo das faixas etárias examinadas para cada criança:

Idade	AC		R		Total
	Nulo	Pronome	Nulo	Pronome	N
1;8-1;9	100	0	100	0	9
1;10	100	0	75	25	17
2;1	100	0	69.7	30.3	95
2;3	85	15	84.7	15.3	85
2;8	73	27	64	36	52
3;0	64	36			78
3;7	81	19			32
Total	74.2	25.8	73.5	24.7	368

Tabela 3: Porcentagem de objetos nulos e pronominais para cada criança ao longo do tempo

Os resultados mostram claramente um padrão crescente de uso dos pronomes ao longo do desenvolvimento, enquanto se observa um decréscimo no uso de nulos. A pergunta natural é saber se se trata de uma única e mesma categoria de nulo ou se há mudança de seu estatuto desenvolvimentalmente. Os resultados também apontam para um padrão muito interessante em ambas as crianças, embora se verifique em diferentes faixas etárias para cada uma. Ambas começam com uma produção de 100% de objetos nulos, mas obviamente essa figura diminui à medida que os pronomes surgem. Para R isso acontece quando ela está com 1;10 e para AC, com 2;3 anos.

Examinando os dados cuidadosamente, o que se percebe é que os objetos nulos inicialmente são instâncias de nulos dêiticos em contextos imperativos; contudo, quando os pronomes começam a ser utilizados, o nulo se torna anafórico. Essa observação deve ficar mais clara quando cruzarmos os resultados com os traços semânticos do antecedente. Por ora, comparemos (6) — um nulo dêítico — com (7), um nulo anafórico:

(6) a. Garda (= guarda) Ø qui. (R., 1;9)

(A criança está segurando a chupeta, obviamente se referindo a ela)

b. Tila (= tira) Ø umbassu (= embaixo) (R., 1;9)

(A mãe havia colocado a chupeta sob o gravador)

(7) Não vou guardar Ø. (AC, 3;7)

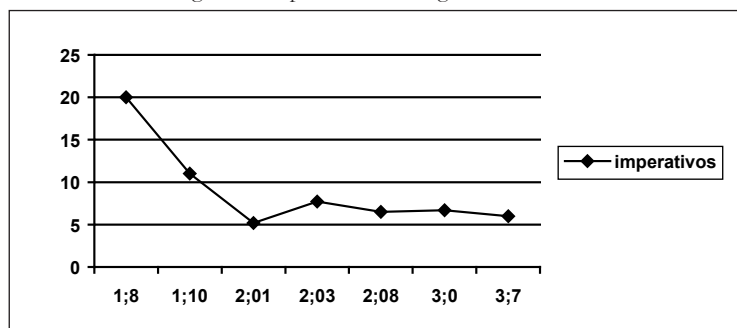
(A criança se refere a seus brinquedos que estão em outro ponto da casa)

Kato (1994) já havia apontado para a necessidade de distinguir os objetos nulos dêiticos dos anafóricos, mostrando que os nulos dêiticos podem ocorrer universalmente em contextos imperativos, mas no PB também ocorrem em outros contextos sintáticos. A autora mostra, igualmente, que a criança adquirindo o PB começa pelos nulos dêiticos em contextos imperativos, como em (6).

Vamos assumir, seguindo Salustri e Hyams (2002), que sentenças imperativas sejam licenciadas pela categoria funcional *MoodP*, responsável por checar o traço semântico ‘irrealis’ do verbo. Segundo as autoras, as formas imperativas encontradas no período inicial de aquisição de línguas de sujeito nulo seriam formas análogas às sentenças infinitivas-raiz, estrutura fartamente encontrada em crianças adquirindo línguas de sujeito obrigatório, como o inglês e o alemão, mas não detectadas em crianças adquirindo línguas de sujeito nulo.⁸

Embora não se possa sustentar que o PB seja uma língua prototípica de sujeito nulo, Lopes (2003) já havia mostrado que são raras as estruturas de infinitiva-raiz no período inicial de aquisição do PB, não ultrapassando 4% da totalidade de sentenças produzidas pela criança então examinada.

Verificamos o uso de imperativos em uma das crianças consideradas aqui para o objeto, AC, e constatamos que, de fato, há um alto percentual dessas construções nos arquivos iniciais, tendendo a uma queda ao longo do desenvolvimento.

Gráfico 1: Porcentagem de imperativos ao longo do desenvolvimento de AC

Obviamente não se pode sustentar que haja uma fase em que a criança use apenas estruturas imperativas. Desde o primeiro arquivo, podemos perceber que é alta a porcentagem de verbos no modo indicativo (em 1;8, por exemplo, 80% – sendo 68,4% de verbos no presente e 11,6, no pretérito perfeito). Contudo, as formas no pretérito sugerem mais uma marcação aspectual de perfectividade do que distinção temporal propriamente entre presente e pretérito (cf. Kato, 2004, para posição semelhante). De fato, Lopes e Souza (2005) mostram que as formas imperfectivas (pretérito imperfeito e presente contínuo, por exemplo) só entram na produção de AC aos 2;03. Até essa fase, a criança produz, em sua maioria, verbos de *achievement*, lexicalmente marcados como télicos, portanto, gerando formas perfectivas. Aos 2;03 encontram-se verbos de estado, atividade, *accomplishment* e *achievement*, caindo esses últimos de 75%, aos 1;8, para 17,3%, aos 2;03.

Assim, temos que assumir que a criança projete um núcleo aspectual desde cedo (AspP) e, vamos propor, seguindo análise em Lopes (2003), que o núcleo temporal (TP) também esteja presente desde os primeiros arquivos examinados; porém, T checa, inicialmente, apenas o traço de finitude [\pm finito] e tem traços-phi (portanto, seus traços formais) subespecificados. O núcleo de AspP, por outro lado, conteria um traço inicial *default* [+ perfectivo].

Contudo, seguindo Salustri e Hyams, conforme pontuamos anteriormente, proporemos que as derivações com formas imperativas, até

porque são sempre um fenômeno-raiz, não contêm em sua Numeração nem TP, nem AspP, já que têm uma natureza dêitico-ilocucionária, não apresentando contraste de tempo ou aspecto. No caso da gramática infantil, como o sujeito é sempre de 2ª pessoa do singular, isso reforçaria a ausência de TP. Assim, em tais derivações, a estrutura esperada seria:

$$(8) [_{MoodP} [_{VP/VP}]]$$

Cyrino e Matos (2002), discutindo elipses de VP em português europeu e brasileiro, concluem que “in Brazilian Portuguese both clitics and VP ellipsis may be licensed by functional heads distinct from T” (p. 191). Para as autoras, as elipses de VP e de clítico seriam licenciadas, em PB, por qualquer categoria funcional abaixo de T, pois diacronicamente tais projeções teriam sido reanalisadas na língua como projeções estendidas de V, contendo traços verbais plenos. Assumindo a seguinte hierarquia funcional na sentença (consideradas apenas as categorias relevantes para a discussão), vamos propor que os objetos nulos sejam licenciados por AspP:

$$(9) [_{MoodP} [_{TP} [_{AspP} [_{VP/VP}]]]]$$

Voltaremos a essa discussão adiante. O ponto que queremos evidenciar aqui envolve o contraste entre (8) e (9). Como derivações imperativas como (8) não envolvem o núcleo T e não projetam AspP, sob essas condições, o único licenciamento de objeto possível seria o dêitico, realizado lexicalmente ou nulo – este é a opção inicial da criança adquirindo o PB.

Interessantemente, se compararmos o Gráfico 1 com a Tabela 3, verificaremos que há uma queda brusca na produção de formas imperativas aos 2;1 anos, atingindo, a partir daí, percentuais que se mantêm razoavelmente constantes até o último arquivo examinado. Mas o mais interessante é verificar que aos 2;3 anos, AC começa a produzir pronomes

em posição de objeto e a apresentar objetos nulos anafóricos. É também nessa faixa etária que a distinção perfectivo/imperfectivo se torna especificada em AspP, se considerarmos os resultados de Lopes e Souza (2005). A pergunta a ser feita, então, é: qual a correlação entre objeto e aspecto? Voltaremos a esse ponto, após discutirmos os traços semânticos do nulo anafórico.

Examinemos, então, a relevância dos traços semânticos de animacidade e especificidade do antecedente, considerando apenas os casos de objetos nulos, a partir da tabela a seguir:

Criança	[-anim/+espec]	[+anim/+espec]	[-anim/-espec]	[+anim/-espec]
AC	66.6% (70/105)	33.4% (8/22)	100% (30/30)	0
R	83.6% (117/140)	47.6% (10/21)	41.2% (7/17)	0
XX	87% (64/74)	0	93% (27/29)	57% (4/7)

Tabela 4: Porcentagem média de nulos para cada criança e resultados de Cyrino (1997) para o século XX, de acordo com os traços semânticos do antecedente (Numerador = nulo; Denominador = nulo + pronominal)⁹

O resultado mais importante a ser apontado diz respeito à alta porcentagem de objetos nulos [- animados], especialmente com antecedentes [+ específicos] (70 casos sobre 30 com o traço [- específico] para a criança AC). Podemos, assim, afirmar que o resultado mais claro envolve os traços [- animado, + específico]. Sem dúvida são os traços mais relevantes e os primeiros a se manifestar na aquisição. Contudo, é preciso notar que os nulos dêiticos iniciais também se encaixam nessa categoria. O problema para as crianças, entretanto, parece residir nos antecedentes com traço [+ animado]. Conquanto o número de casos não seja extremamente alto, ambas as crianças ainda usam nulos para antecedentes [+ animados, + específicos], casos em que o adulto preferiria um pronome.

Um dos resultados inesperados é a baixa produção de nulos com antecedentes [- animados, - específicos] pela criança R. No que diz respeito a antecedentes [+ animados, - específicos], não foram encontrados

na produção infantil, mas deve-se ressaltar que há poucos casos, mesmo nos dados históricos; portanto, não parecem ser um ambiente produtivo para nulos o que deve explicar sua ausência da fala infantil.

Voltando aos pronomes, podemos depreender da Tabela 4 um quadro mais claro (considerando que o denominador inclui nulos e pronomes). Há 43 casos de antecedentes [+ animados, + específicos], destes 18 foram retomados como um objeto nulo – são os casos inesperados. Os 25 casos restantes foram divididos em [\pm humanos], dentre esses há 14 casos de retomadas de antecedente [+ humano], todos eles realizados por um pronome forte. Esses casos, entretanto, surgem, por algum motivo que não vamos explorar aqui, mais tardiamente.

(10) E sabe quem pegou **ele** no final? (AC, 3;7) (referindo-se a um bebê)

Resumindo, observamos que o traço [- animado] já está estabilizado, uma vez que o traço de especificidade não interage com ele. O traço [+ animado], por outro lado, ainda não está totalmente estável, provavelmente em função de sua correlação com o traço de especificidade.

A hipótese de Cyrino e Matos (2002) e as evidências apresentadas até aqui sobre aquisição, levam-nos a sustentar que a interação entre o traço de especificidade e o cálculo de aspecto sentencial é que causa a dificuldade para a criança adquirindo o PB. Conforme nossa hipótese, apresentada na introdução, a competição entre traços semânticos lexicalmente intrínsecos (animacidade, no caso) e derivados sintaticamente (especificidade) pode levar a uma convergência mais lenta.

Verkuyl (1993) mostra que o cálculo de telicidade de uma derivação é dependente não apenas dos traços lexicais de determinados verbos (*Aktionsart*), mas também da especificidade do objeto na sentença. Assim, a distinção entre (11 a e b) se deve ao traço de especificidade do objeto, ao que o autor chama de [\pm SQA] – *specified quantity of the argument* (cardinalidade específica do argumento):

- (11) a. Maria comeu torta.
b. Maria comeu a torta de maçã.

Para Verkuyl, em (11a) haveria um verbo de atividade e o aspecto seria imperfectivo, dado que o objeto não é específico, tornando a sentença atética. Já em (11b) haveria um verbo de *accomplishment* e o aspecto seria perfectivo, já que o objeto é específico. Verbos estativos e de *achievement* seriam lexicalmente marcados como atéticos e télicos, respectivamente, independentemente da derivação. Slabakova (2001) traduz a proposta de Verkuyl em termos sintáticos, sugerindo a seguinte estrutura (aqui modificada para acomodar nossa proposta em (9)):

- (12) [..._{AspP} [\pm SQA] [_{Asp} [\pm télico] [_{VP/VP}]]]

Segundo Slabakova, o objeto se move para a posição de especificador de AspP e o verbo se move para o núcleo de Asp, entrando numa relação especificador-núcleo com o objeto que garantirá que seus traços se harmonizem para que haja Interpretação Plena. É justamente o traço de especificidade que está em jogo, para além de operações de movimento eventualmente custosas para a criança inicialmente. O traço de perfectividade/imperfectividade, subespecificado na criança no início do processo, conforme propusemos anteriormente, precisa ser adquirido, permitindo que o objeto suba e passe a fazer parte do cálculo aspectual.

É muito instigante perceber que muitos dos processos ocorrem concomitantemente em AC: em torno dos 2;03 anos, há uma queda brusca no uso do modo imperativo; no modo indicativo, vemos o surgimento de formas morfológicamente marcadas como imperfectivas; ao mesmo tempo, a criança começa a usar pronomes fortes em posição de objeto e seus objetos nulos tornam-se, também, anafóricos. Não parece haver coincidência nos fatos, mas decorrência de um núcleo que tem seus traços semânticos e formais ativados na gramática infantil.

Finalmente, gostaríamos de voltar para o traço de animacidade e a hipótese de que a criança, inicialmente, atribui um determinado traço a uma categoria para evitar opcionalidade em sua gramática, lembrando que as crianças reservam de forma categórica o pronome para antecedentes [+ animados], quando humanos.

Baauw *et al.* (1997), examinando o princípio B em crianças adquirindo o espanhol, constataram um efeito semelhante ao discutido acima: a associação de um traço semântico, no caso [+ humano], a pronomes. Vários estudos experimentais têm mostrado que crianças, no início da aquisição, violam o princípio B da Teoria da Ligação (cf., dentre outros, McKee, 1992; Chien e Wexler, 1990; Thorton e Wexler, 1999), permitindo que pronomes sejam localmente vinculados a um antecedente que os c-comanda. Esse fenômeno ficou conhecido como *Delay of Principle B-Effect* (DPBE). Porém, o que se verificava é que tal efeito não parecia existir em línguas com um completo sistema de clíticos, como, por exemplo, o espanhol. Baauw *et al.* (*op. cit.*) mostram que essa afirmação é apenas parcialmente verdadeira. Segundo os autores, o DPBE surge, em línguas românicas, em função de uma atribuição inicial, pela criança, de um traço [+ humano] para pronomes de 3ª pessoa. Assim, em sentenças como:

(13) La niña la ve. (la = Maria/a casa)

“A menina a vê”

(14) La niña apunta hacia ella (ella = Maria/a casa)

“A menina está apontando para ela”

(15) La niña la ve a ella (ella = Maria/*a casa)

as crianças tenderiam, inicialmente, a vincular os pronomes localmente em função do traço [+ humano], um traço obviamente não intrínseco aos pronomes, conforme se vê pela distinção entre (14) e (15).¹⁰ Sentenças

com clíticos, como em (13), colocariam menos problemas para a criança, segundo os autores.

Voltando às nossas hipóteses, podemos extrair algumas conclusões preliminares. Analisando o nulo como reconstrução de traços do antecedente em LF (cf. Cyrino, 1997), temos que o traço de animacidade é um traço intrínseco ao elemento nominal elidido, enquanto que o traço de especificidade é um traço derivado sintaticamente. Isso explica, portanto, que a sua interação com o traço de animacidade é que vai resultar problemática para a aquisição – o que se confirma em nossos resultados e foi explorado acima.

Por outro lado, o traço de animacidade não é intrínseco a um pronome de 3ª pessoa, mas dependente do antecedente. A criança parece atribuir o traço [+ humano] ao pronome como uma estratégia para evitar contextos opcionais na gramática. Ora, se o nulo é associado ao traço [- animado], a gramática da criança encontra uma forma de expressar “animacidade” unicamente através dos pronomes. Talvez possamos hipotetizar que traços semânticos não intrínsecos funcionem como um subparâmetro, eventualmente temporário, para evitar opcionalidade na gramática, conforme vemos nos nossos resultados e nos de Baauw *et al.* (1997). A proposta assumida por Tsimplici (2004) – explorada na introdução – parece, assim, também funcionar para a aquisição de L1, com a diferença de que as crianças associam traços semânticos não intrínsecos a determinadas categorias de forma temporária.¹¹

2. A concordância na língua de sinais brasileira

Meir (2002) apresenta uma análise dos verbos classicamente chamados de direcionais ou com concordância nas línguas de sinais (Fischer, 1973; Padden, 1990; Lillo-Martin, 1991; entre outros) partindo da definição de concordância verbal como um fenômeno no qual um elemento verbal (um verbo ou um auxiliar) concorda com seu argumento sintático nas suas características referenciais.

A concordância nas línguas de sinais é caracterizada em termos de ‘concordância do predicado’, passando a ter as mesmas propriedades da concordância das línguas faladas. No entanto, é importante enfatizar que o mecanismo de estabelecer um ponto referencial no espaço de sinalização nas línguas de sinais difere do estabelecimento de traços-phi nas línguas faladas. Nestas, os nominais são categorizados com base em aspectos morfológicos específicos que são compartilhados, por exemplo, gênero e número. A referência pronominal para todos os membros de uma dada categoria é feita pelo uso do mesmo pronome, por exemplo, o pronome *ele* para todos os referentes masculinos ou genérico em português, e *ela* para todos os referentes femininos. Cada pronome é representativo de uma classe compartilhando um certo traço lexical. Nas línguas de sinais, cada referente é associado com uma localização única no espaço em cada discurso. O assinalamento de locações no espaço de sinalização não envolve classificação.

Os verbos com concordância na língua de sinais brasileira flexionam em pessoa e número, podendo também apresentar a flexão de aspecto. Exemplos dessa categoria são DAR, ENVIAR, RESPONDER, PERGUNTAR, DIZER, PROVOCAR, que são subdivididos em concordância regular e reversa (*backwards*). Os verbos ‘regulares’ com concordância entre um sujeito e um objeto expressam-se pela direção do movimento partindo da posição do sujeito em direção ao objeto. Por outro lado, aqueles em que a direção do movimento não coincide com a relação entre o sujeito e o objeto são chamados de verbos ‘reversos’. Meir (2002) analisa a direcionalidade marcada através do movimento nesses verbos como sendo uma relação semântica entre fonte e alvo (*source* e *goal*). A autora propõe, por outro lado, que a relação sintática seja marcada através da orientação da mão para o objeto da sentença com a atribuição de Caso. Ainda na classe dos verbos com concordância, estão sendo incluídos os verbos chamados de espaciais, ou seja, verbos que apresentam a concordância com localizações espaciais (LEVAR, IR, VIR, COLOCAR). Nas línguas de sinais, então, o *spell-out* dos traços pronominais dos argumentos no verbo envolve a direção da trajetória

de um verbo determinada pelas localizações no espaço associadas com seus argumentos. Os afixos de concordância são, portanto, especificações de determinadas localizações do verbo.

Na língua de sinais brasileira, além dos verbos que marcam a concordância, há uma classe de verbos que não se flexionam em pessoa e número e não incorporam afixos locativos. Alguns desses verbos apresentam flexão de aspecto. Todos os verbos ancorados no corpo são verbos simples. Há também alguns que são feitos no espaço neutro. Exemplos dessa categoria são CONHECER, AMAR, APRENDER, SABER, INVENTAR, GOSTAR.

Quadros (1999) observou que a assimetria existente na distribuição dos verbos na língua de sinais brasileira é decorrente da variação morfológica desses verbos. Considerando a proposta de Meir (2002), os verbos com concordância apresentam a marca através da direção e orientação da mão de concordância entre o sujeito e o objeto (direção entre fonte e alvo) e orientação para o objeto marcando Caso. Por outro lado, os verbos sem concordância não apresentam nem o movimento e nem a orientação de mão marcada (chamados de verbos *plain* na literatura em geral). Essa assimetria apresenta repercussões na estrutura da frase.

No caso dos verbos com concordância, a análise de Meir (2002) oferece uma explicação nos dois níveis gramaticais: a sintaxe e a semântica. A concordância passa a ser analisada como morfológicamente complexa: marca os papéis temáticos espaciais e marca as funções sintáticas. Assim, cada argumento é duplamente marcado. A direção do movimento marca dois argumentos relacionados com os papéis espaciais de *source* e *goal*. Os papéis sintáticos são determinados por apenas um argumento, o objeto sintático. Assim, a face da mão (a orientação que tiver) deve ser marcada como Caso dativo, ao invés de concordância. Analisando as línguas em geral, não é usual ter concordância apenas com o objeto; por outro lado, ter apenas Caso dativo é algo bastante comum. Por isso, a concordância com o objeto é obrigatória, enquanto com o sujeito é opcional.

Analisando dados das crianças adquirindo a língua de sinais brasileira, observou-se que a gramática da criança já tem estabelecida esta assimetria. No entanto, observa-se que a competição entre os traços semânticos lexicalmente intrínsecos, – nos verbos com concordância – e os traços derivados sintaticamente levam à convergência mais lenta, confirmando a hipótese apresentada anteriormente.

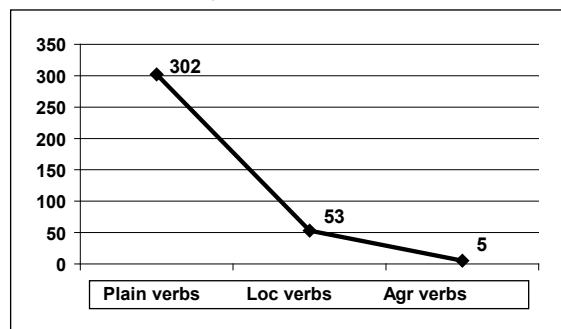
A assimetria observada entre a produtividade de verbos simples (sem concordância) e com concordância, provavelmente, decorre também de condições de economia, pois a checagem de traços de verbos simples ocorre na relação local entre o núcleo de I e o seu complemento VP (cf. Bobaljik e Thrainsson, 1998), confirmando a proposta de Quadros (1999).¹² Os verbos com concordância, por outro lado, exigem o movimento para checagem de traços contra AgrS (talvez AspP, segundo Quadros, Lillo-Martin e Pichler, 2004). Como a criança apresenta a opção de utilizar uma classe verbal que não exige o movimento para a checagem de traços, ela evita usar os verbos de complexidade morfológica. O contraste entre a produtividade dos verbos simples e dos verbos com concordância é muito significativo: 60,3% e 11,2%, respectivamente. Mesmo a produtividade dos verbos simples associados com a locação é muito limitada: 3,0%.

A complexidade morfológica está diretamente relacionada com a distribuição dos traços formais e semânticos distintos que, combinados, dão conta da complexidade da tarefa da criança. Sintática e semanticamente, a criança apresenta o domínio das relações espaciais fonte e alvo e da atribuição de Caso dativo para o objeto, pois quando apresenta as poucas ocorrências de verbos com tais informações, utiliza-as de forma adequada. No entanto, estas relações gramaticais estão associadas com os verbos que possuem complexidade morfológica, levando a criança a evitá-los no processo de aquisição por princípios de economia, segundo hipótese de Quadros (1999).

A hierarquia dos verbos das crianças também é determinada observando-se a distribuição interna entre os tipos de verbos de concordância. Há, ainda, um contraste significativo entre o uso de verbos com

concordância pessoa e número e os verbos com concordância espacial (incluindo aqui os verbos simples associados com a locação): 1% para 13,5% (cinco ocorrências para 68 do total de 503 verbos produzidos). Note-se que os primeiros são mais complexos do que os segundos, uma vez que os elementos de concordância pessoa e número envolvem dois traços distintos, enquanto que a concordância espacial envolve apenas um traço. O gráfico a seguir mostra a hierarquia manifestada nos dados das crianças das classes de verbos sem concordância e dos verbos com concordância:¹³

Gráfico 2: Número de ocorrências dos diferentes tipos de verbos nas duas crianças¹⁴



A questão que se levanta é a seguinte: como as crianças usam os verbos que apresentam a concordância?

Observou-se que a produção gestual verbal é bastante significativa: 17,0%, ou seja, 85 verbos produzidos pelas crianças são gestuais. Esses verbos foram classificados como gestuais seguindo os critérios estabelecidos por Casey (2003). Interessantemente, todos eles são verbos que substituem os verbos com concordância (DAR, VIR, IR, PEGAR). A seguir apresentam-se alguns exemplos típicos.

(16) PEGAR (gestual) IXy. (Léo, 1;9)

(Eu vou) *pegar isto*.

(Léo está brincando com as panelinhas e diz que vai pegar outra delas.)

(17) DAR_y (gestual) (Léo, 1;10)

(Me) *dá* (isto).

(Léo quer a mamadeira.)

(18) COLOCAR_x (gestual) (Ana, 1;4)

(Eu) *coloco* (a fita na filmadora).

(Ana quer colocar a fita na filmadora.)

A criança usa os verbos gestuais com uma distribuição similar a dos demais verbos da língua de sinais brasileira. Os dados evidenciam que a distribuição de argumentos nulos e pronunciados nos verbos gestuais segue o mesmo padrão observado com os demais verbos sem concordância. A criança surda utiliza-se, então, de mecanismos gestuais, normalmente utilizados pelas crianças ouvintes de forma complementar a sua produção oral, mas com efeito gramatical. Ela faz uso deste recurso que se apresenta na modalidade visual-espacial, coincidente com a modalidade de sua língua, abrindo mão de utilizar o conjunto de verbos com traços-phi que exigiriam a checagem dos mesmos, determinando um esforço maior. A criança, na verdade, parece estar aplicando um processo de substituição, do mesmo tipo observado no italiano com a substituição de modais por imperativos (cf. Salustri e Hyams, 2002).

O próximo ponto a ser analisado é a distribuição dos sujeitos e objetos nulos. Em que contexto lingüístico eles se apresentam na linguagem da criança adquirindo a língua de sinais brasileira? O que está de fato licenciando as diferentes instâncias de sujeitos e objetos nulos no processo de aquisição?

Considerando que os traços-phi licenciem as categorias vazias pronominais na língua de sinais brasileira com verbos com concordância, torna-se possível a recuperação do conteúdo da categoria vazia pelo núcleo local. Analisando o licenciamento da categoria vazia da língua de sinais, segundo a proposta de Chomsky (1993), *pro* é licenciado numa relação de *Spec-head* com AGR, ou quando é regido por verbos que já

apresentem os traços- ϕ definidos (V^*). Chomsky propõe que T eleva-se para AGR_s e V para AGR_o , assim o complexo envolve os traços- ϕ de AGR e o Caso provido por T. Nessa linha, consideramos então a relação com o objeto, marcada nos verbos com concordância associados com Caso dativo nas línguas de sinais através da orientação da mão (Meir, 2002), uma relação *Spec-head*. Assim, justifica-se a obrigatoriedade da concordância com o objeto e a opcionalidade da concordância com o sujeito, uma vez que neste último não há uma manifestação morfológica explícita do Caso nominativo. Parece ser este um dos conteúdos morfológicos de V que determina a obrigatoriedade da concordância com o objeto e que identifica as categorias vazias pronominais na língua de sinais. Nessa relação apresenta-se a possibilidade de licenciamento de objetos nulos com verbos em que há a marcação de Caso dativo, mas o não licenciamento nos verbos sem concordância. Além disso, há a manifestação dos traços-interpretáveis de AGR que estão associados com a direcionalidade do verbo estabelecida através da relação entre a fonte e o alvo. Os traços interpretáveis manifestados através da direcionalidade do verbo precisam ser descarregados no nível da interface conceptual e possibilitam a identificação do conteúdo morfológico de V. Assim, tanto o conteúdo morfossintático (orientação da mão) como o conteúdo morfosemântico (direcionalidade) possibilitam a identificação do conteúdo de V, que, por sua vez, pode ser recuperado nas categorias vazias pronominais.

A seguir apresentam-se dados dos adultos interagindo com as crianças, e das próprias crianças evidenciando a existência de categorias vazias recuperáveis por meio da orientação e/ou da direcionalidade associadas aos verbos com concordância.

- (19) <2DAR1>do IX<brinquedo> (Léo, 1;11)
(Você) (me) dá o brinquedo.

Em (19), a orientação da mão está virada para a 1ª pessoa (objeto da sentença) e a direção está devidamente marcada da 2ª pessoa para a 1ª pessoa, sendo facilmente recuperados os referentes omitidos.

- (20) PAI: <MÃE ONDE>wh
 ANA: TRABALHAR IX<lá> (2;9)
 PAI: *Onde está a mamãe?*
 ANA: *Está trabalhando lá.*

Neste exemplo, o sujeito foi omitido por questões discursivas, relacionadas com o uso do foco informacional. Este tipo de construção é gramatical na língua do adulto.

- (21) Produção espontânea de adultos:
 RMQ: 2COLOCARx FECHARx,BOM. (Sessão 18 da Ana)
(Você) coloque (na caixa), feche (a caixa). Assim é bom.
 (O adulto está dizendo para a criança guardar as coisas na caixa, porque assim é bom de ser feito.)

No exemplo acima, a orientação e direção estão devidamente marcadas no verbo COLOCAR. No verbo FECHAR, não há a marcação da direcionalidade, embora haja a marcação da orientação, pois apesar de ser um verbo simples, está associado à locação que refere ao objeto da sentença. Assim, o objeto é recuperado através da informação morfológica contida no verbo, mas o sujeito é simplesmente recuperado por razões discursivas, assim como no chinês (Huang, 1984).

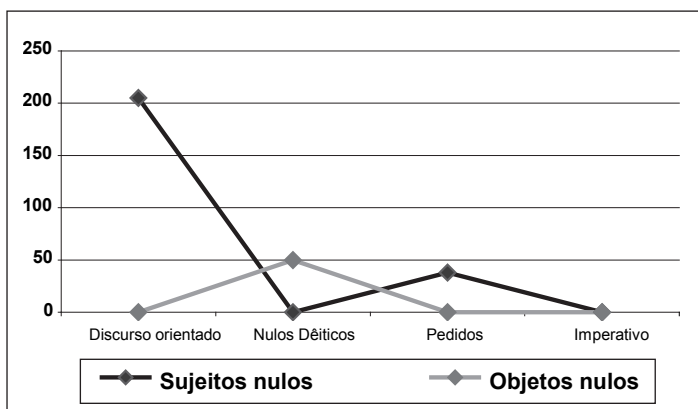
- (22) MÃE: PAULOx TRABALHAR, FALAR IXy DEPOIS, 1TELEFONARy, ESPERAR2. (Sessão 33 da Ana)
O Paulo está trabalhando, depois (eu) vou falar com ele, (eu) vou ligar (para ele). Espera !
 (Paulo é o sinal do pai de Ana. A mãe está dizendo para Ana que depois vai conversar com o pai dela, que vai ligar para ele.)

Em (22), novamente vemos a omissão do sujeito de um verbo simples que não pode ser recuperado através do conteúdo morfológico, mas sim através do discurso. O sinal TELEFONAR pode estar associado com a direção e com a orientação da mão, possibilitando a omissão tanto do sujeito como do objeto da sentença. O sinal ESPERAR está sendo usado para expressar ‘pedido’ associado ao *locus* da 2ª pessoa.

Todos os casos observados de omissão de sujeito e objeto associados com verbos com concordância são devidamente licenciados sintática (traços formais) e semanticamente (traços interpretáveis), sendo os traços manifestos por meio de informação morfológica que poderá ser recuperada depois de *spell-out*. Em relação aos verbos sem concordância, verificamos uma produtividade bastante grande na omissão de sujeitos licenciada também na linguagem do adulto. No entanto, tais ocorrências não apresentam o mesmo estatuto das observadas nas produções com verbos com concordância. Todas elas estão associadas a fatores de ordem discursiva (cf. Huang, 1984).

Um fato interessante, observado na aquisição da língua de sinais, é a ocorrência de imperativos com verbos com concordância, mas não com verbos sem concordância. O Gráfico 3 e o Quadro 1 ilustram esse fenômeno:

Gráfico 3: Distribuição dos argumentos nulos com verbos simples em Léo por ocorrência (1;8 a 2;4 anos)¹⁵



Orientação	Direção	Produção	Classificação
Marcado	marcado	34	Normal
Marcado	neutro	4	Imperativo
Marcado	ausente	8	Pedido
Neutro	neutro	9	Imperativo
Neutro	marcado	0	-
Neutro	ausente	0	-
Superior	neutro	3	Indeterminado
Total		58	

Quadro 1: Verbos com concordância de pessoa, número e espaço (Léo, 1;8 – 2;4)

Pode-se observar pelo quadro acima que, nos dados de LÉO, 46 verbos com concordância de um total de 58 marcam a orientação da mão apropriadamente, isto é, com a palma da mão virada para o objeto. As demais 12 ocorrências não foram marcadas, porque eram formas do imperativo ou indeterminadas. Quanto à direcionalidade, observou-se que a direção foi marcada em 34 das 58 ocorrências, sendo que as 24 demais incluíram a ausência completa do movimento direcional envolvendo instâncias de formas de pedido e a presença da direcionalidade usada no espaço neutro de sinalização quando foram utilizadas as formas do imperativo e indeterminadas.

Ao analisar cada uma das ocorrências de verbos sem a marcação de orientação e/ou de direcionalidade, observou-se que o que ocorre é o uso de formas que também são usadas pelo adulto. Há uma proporção significativa de uso da forma imperativa em que a orientação pode ser ou não marcada e a direção não é neutra. Vejamos os exemplos a seguir:

(23) PEGAR ÁGUA (Léo, 2;1)

Pega (você) a água.

(24) SAIR (Léo, 2;3)

Saia (você)!

(25) PEGAR (Ana, 1;11)

Pega (você) (a boneca).

Salustri e Hyams (2002) observaram que em línguas de sujeito nulo opta-se pelo imperativo, enquanto que em línguas de infinitivo-raiz (RI) escolhe-se o infinitivo. Considerando a assimetria existente na língua de sinais brasileira, observamos esta mesma distribuição com os verbos com concordância, que elegem a forma imperativa, e os verbos simples, a forma infinitiva. Salustri e Hyams perceberam que, embora as línguas apresentem diferentes formas não-finitas, elas têm propriedades similares de licenciamento. As autoras adotam a descrição de Han (2001) do imperativo como uma forma marcada com o traço irrealis que contribui para a interpretação não realizada de estado e traço diretivo acoplando força ilocucionária diretiva ao enunciado. Analisando a distribuição dos imperativos na produção das crianças adquirindo o italiano, Salustri e Hyams observaram que as crianças utilizam uma quantidade maior de imperativos do que a usada pelos adultos. As autoras concluíram que o maior uso das formas imperativas deve-se à substituição que fazem dos modais, assim como observado em línguas de sujeito não-nulo por meio das infinitivas-raiz.

Observamos nos dados das crianças adquirindo a língua de sinais brasileira que 22,4% dos verbos foram usados na forma imperativa em sentenças que tiveram verbos com concordância inseridos na numeração. Por outro lado, não foi registrada nenhuma ocorrência com verbos simples. A proposta de Salustri e Hyams é de que a estrutura de ‘irrealis’ esteja representada por uma projeção específica de *Mood Phrase* com traços que necessitam ser checados. Nas línguas em que há o estágio das infinitivas-raiz (RI, doravante), *Mood* seria checado contra os traços ‘irrealis’ no verbo infinitivo seguindo a condição de localidade. Assim, RIs seguem de uma estrutura direta que é licenciada por *Mood*, derivando a associação entre não-finitas e modalidade que é encontrada na gramática inicial. RIs são bloqueadas no italiano, assim como o são com verbos com concordância na língua de sinais brasileira, porque

os infinitivos têm traços de concordância que precisam ser checados. Seguindo a análise das autoras, nas sentenças com estes verbos, da língua de sinais brasileira, a concordância precisa ser checada, inviabilizando a relação local com *Mood*, portanto, não há RIs. Por outro lado, o imperativo tem um traço de ‘irrealis’, mas não tem os traços associados com a concordância (a direcionalidade sempre é neutra com os imperativos). Assim como no italiano, as crianças surdas usam apenas a 2ª pessoa do singular imperativa manifestada em algumas ocorrências através da orientação da mão. Dessa forma, os imperativos não estão associados com os traços de concordância. Os núcleos intermediários podem, portanto, ser eliminados e o traço ‘irrealis’ no imperativo pode ser checado em *Mood*.

Os verbos simples não têm traços de concordância a serem checados, assim IP pode ser eliminada, assim como proposto por Quadros (1999). Isso é observado em línguas como o alemão, conforme apontado por Salustri e Hyams. No alemão, AgrP/TP é eliminado, determinando uma relação local entre o infinitivo e *MoodP*, derivando RIs. Parece ser exatamente isso o que acontece com os verbos simples na língua de sinais brasileira. A criança usa o infinitivo, ao invés do imperativo, por questões de economia. Uma vez que as relações locais são satisfeitas para fins de checagem de traços, não há razões para utilizar operações mais complexas.

3. Amarrando os fenômenos

Uma das hipóteses apresentada na introdução deste artigo previa que traços semânticos sejam adquiridos localmente, ou seja, sejam dependentes de contextos sintáticos restritos, assim como são mapeados para interpretação em LF a partir de determinados contextos sintáticos, ou seja, um mesmo traço semântico pode apresentar diferentes padrões de aquisição a depender de um determinado contexto sintático. Colocando a pergunta de outra forma: dominado um traço interpretável, é ele dominado produtivamente em quaisquer contextos?

Podemos retomar essa pergunta juntando a discussão feita nas seções anteriores. Vimos, em relação à aquisição dos objetos nulos, que a instabilidade parece ocorrer com a interação entre animacidade e especificidade – uma instabilidade que se verifica até o último arquivo examinado. Dado que o traço de especificidade é derivável sintaticamente e não intrínseco a itens lexicais, a previsão era que se tornasse problemático para a convergência total na gramática adulta. Esse quadro nos permite responder negativamente a pergunta acima. Um dado traço interpretável, caso não seja intrínseco a um dado item lexical, será adquirido localmente a partir de sua interação com outros traços interpretáveis e não-interpretáveis, no caso, traços dependentes das categorias TP e AspP.

No caso específico da língua de sinais brasileira, vimos que a competição entre os traços sintáticos e os semânticos implica em convergência mais lenta, o que se verifica pela pouca ocorrência de verbos com concordância. Por outro lado, observou-se que a criança dispõe das categorias funcionais de concordância, mas as evita devido à competição dos traços, optando por produções menos trabalhosas, conforme a hipótese de Quadros (1999). Isso também foi observado na substituição dos verbos com concordância por verbos gestuais. As poucas produções de verbos com concordância marcada evidenciaram também a distribuição entre infinitivas-raiz e imperativos na língua de sinais, ou seja, o uso de imperativos com a classe de verbos que apresenta traços lexicais em oposição às ocorrências de sentenças infinitivas-raiz com a classe de verbos simples. Esse dado indica que a gramática da criança é determinada pelo contexto sintático associado aos traços interpretáveis. Pode-se aqui estabelecer um paralelo entre a aquisição do PB e da língua de sinais, em relação aos imperativos, evidenciando que não há efeitos de modalidade.

Vimos, ainda, que, sempre que possível, há a associação de um traço semântico a um determinado contexto sintático, como forma de evitar temporariamente opcionalidade na gramática. Foi o caso da associação do traço [+ humano] aos pronomes fortes pelas crianças adquirindo o

PB e o espanhol, bem como a associação de verbos com concordância marcada a contextos imperativos e verbos sem concordância a infinitivas-raiz, no caso da aquisição da língua de sinais brasileira.

Podemos fechar o artigo retomando uma das hipóteses iniciais, segundo a qual a competição entre traços semânticos lexicalmente intrínsecos e derivados sintaticamente pode levar a uma convergência mais lenta. A resposta aqui parece ser positiva, assim como o é para a pergunta inicial: traços interpretáveis têm algum papel no processo de aquisição da linguagem?

5. Referências:

- BAAUW, S.; PHILLIP W.; ESCOBAR, M. A. A delay of principle B effect in Spanish speaking children: the role of lexical feature acquisition. In: SORACE A.; HEYCOCK, C.; SHILLCOCK, R. (Ed.) *Language Acquisition: Knowledge Representation and Processing: Proceedings of GALA '97*. Edinburgh; HCRC, 1997.
- BARRA FERREIRA, M. *Argumentos nulos em português brasileiro*. Dissertação (Mestrado), Campinas, UNICAMP, 2000.
- BIANCHI, V.; FIGUEIREDO SILVA, M. C. "On some properties of agreement-object in Italian and Brazilian Portuguese". In: MAZZOLA, M. (Ed.) *Issues and theory in Romance linguistics*. Washington, DC: Georgetown University Press, 1994.
- BOBALJIK, J.; THRÁINSSON, H. Two Heads aren't Always Better than One. *Syntax*, 1, p. 37-71, 1998.
- CASEY, S. K. Relationships between gestures and signed languages: Indicating participants in actions. In: BAKER, A.; BOGAERDE, B. van den; CRASBORN, O. (Ed.). *Cross-linguistic perspectives in sign language research: Selected papers from TISLR 2000*. Hamburg: Signum, 2003. p. 95-118.

- CHIEN, Y-C; WEXLER, K. Children's knowledge of locality conditions in binding as evidence for the modularity of syntax and pragmatics. *Language Acquisition*, 1, p. 225-295, 1990.
- CRAIN, S; THORTON, R. *Investigations in UG: a guide to experiments on the acquisition of syntax and semantics*. Cambridge, MA: MIT Press, 1998.
- CHOMSKY, N. Minimalist Inquiries: the framework. *MITOPL*, 15, 1998.
- _____. Derivation by Phase. *MITOPL*, 18, 1999.
- _____. Beyond Explanatory Adequacy. *MITOPL*, 20, 2001.
- CYRINO, S. M. L. *O objeto nulo no português do Brasil - um estudo sintático-dicarônico*. Londrina: Editora da UEL, 1997.
- CYRINO, S. M. L.; MATOS, G. VP ellipsis in European and Brazilian Portuguese. *Journal of Portuguese Linguistics*, 1-2, p. 177-195, 2002.
- DUARTE, M. E. L. *Variação e sintaxe: clítico acusativo, pronome lexical e categoria vazia no Português do Brasil*. Dissertação (Mestrado), São Paulo, PUC-SP, 1986.
- FISHER, S. Verb Inflections in American Sign Language and Their Acquisition by the Deaf Child. Paper presented at the *Winter Meeting of the Linguistic Society of America*, 1973.
- HAN, C-H. Force, negation and imperatives. *The Linguistic Review*, 18, p. 289-325, 2001.
- HUANG, C. T. J. On the distribution and reference of empty pronouns. *Linguistic Inquiry*, 15, p. 531-574, 1984.
- KATO, M. A. A theory of null objects and the development of a Brazilian Child Grammar. In: TRACY, R.; LATTEY, E. (Ed.). *How tolerant is Universal Grammar?* Tübingen: Verlag, 2004.
- LENNEBERG, E. *Biological Foundations of Language*. New York: John Wiley & Sons, 1967.

- LOPES, R. E. V.; SOUZA, T. T. A aquisição do aspecto lexical e aspecto gramatical no PB. UFSC, 2005. (Artigo inédito)
- LOPES, R. E. V.; CYRINO, S. M. L. Evidence for a cue-based theory of language change and language acquisition. Artigo apresentado no *Going Romance*. Nijmegen, Holanda, 2003.
- LOPES, R.E.V. The production of subject and object in Brazilian Portuguese by a young child. *Probus*, 15 (1), p 123-146, 2003.
- LILLO-MARTIN, D. C. *Universal Grammar and American Sign Language*. Dordrecht, Boston, London: Kluwer Academic Publishers, 1991.
- MEIR, I. A cross-modality perspective on verb agreement. *Natural Language and Linguistic Theory*, 20.2, p 413-450, 2002.
- PADDEN, C. The Relation Between Space and Grammar in ASL Verb Morphology. *Sign Language Research - Theoretical Issues*. Washington: Gallaudet University Press, p. 118-132, 1990.
- QUADROS, R. M. de. *Phrase Structure of Brazilian Sign Language*. Tese (Doutorado) – Porto Alegre, PUC/RS, 1999.
- QUADROS, R. M.; LILLO-MARTIN, D.; PICHLER, D. C. *Clause structure in American Sign language and Brazilian Sign Language*. Talk presented in *Gebärdensprachen : Eine cross-linguistische Perspektive*. Germany, Mainz, 2004.
- SALUSTRI, M.; HYAMS, N. Is there an analogue to the RI stage in the null subject languages? *Proceedings of Boston University Conference on Language Development* – 27. Somerville, MA: Cascadilla Press, 2002.
- SÁNCHEZ, L. Functional convergence in the tense, evidentiality and aspectual systems of Quechua Spanish bilinguals. *Language and cognition*, 7, p. 147-162, 2004.
- SLABAKOVA, R. *Telicity in the second language*. Amsterdam: John Benjamins, 2001.
- ROSALIND, T.; WEXLER, K. *Principle B, VP ellipsis, and interpretation in child grammar*. Cambridge, MA: MIT Press, 1999.

TSIMPLI, I. Interpretability of Features in First and Second Language Acquisition: Greek clitics and determiners. Aristotle University of Thessaloniki, 2004.

VERKUYL, H. *A theory of aspectuality*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

ZANUTTINI, R. *Negation and clausal structure: a comparative study of Romance Languages*. Oxford Studies in Comparative Syntax. New York, Oxford: Oxford University Press, 1997.

Notas

- 1 Usaremos indistintamente, ao longo do artigo, os termos traços interpretáveis e não-interpretáveis, e semânticos e formais, respectivamente.
- 2 Sobre o Período Crítico, cf. Lenneberg, 1967 e discussões posteriores.
- 3 Os dados de produção espontânea de AC foram gentilmente cedidos pelo Centro de Aquisição e Aprendizagem da Linguagem (CEAAL) da PUC-RS. Os dados de R pertencem à base de dados do CEDAE/IEL/Unicamp.
- 4 Cf., dentre outros, Bianchi e Figueiredo (1994), Duarte (1986), Barra Ferreira (2000).
- 5 Exemplos da autora, retirados da mesma peça: Antônio José, *Guerras do Alecrim e da Manjerona*, 1737.
- 6 Foge ao escopo deste artigo dar um tratamento teórico ao objeto nulo. Cf., nesse sentido, Cyrino (1997) e Lopes e Cyrino (2003) em que se propõe que o nulo no PB seja resultado de eclipse nominal com reconstrução dos traços do antecedente em LF.
- 7 Não vamos defender esse ponto aqui, mas consideramos o pronome realizado em posição de **objeto** como um pronome forte.
- 8 A proposta das autoras será discutida mais detalhadamente na próxima seção.
- 9 Se os resultados para nulo na Tabela 4 forem comparados aos resultados das tabelas 2 e 3, perceber-se-á que há uma diferença de 33 casos não computados na Tabela 4. São casos em que se tornou impossível verificar os traços semânticos do antecedente e que, assim, não foram considerados.
- 10 Segundo a análise dos autores, nas línguas românicas, os clíticos seriam não-especificados para o traço [humano], enquanto os pronomes o são, recebendo ou o valor positivo ou o negativo. Discutir essa análise e sua consequência para a nossa proposta foge dos limites deste artigo.

- 11 Fica em aberto como e o que motiva a criança a sair dessa fase
- 12 Condição de localidade: traços são checados somente em relações locais com um núcleo (núcleo-spec, núcleo-compl, núcleo-núcleo)
- 13 Foram excluídos do gráfico os verbos gestuais, os verbos manuais e os verbos simples com locação que representam 163 ocorrências.
- 14 *Plain verbs* são os verbos sem concordância; *loc verbs* são os verbos espaciais e *agr verbs* são os verbos com concordância.
- 15 Como mencionado anteriormente, a classe de verbos com concordância envolve a orientação e a direção dos sinais. A orientação não tem como estar ausente, pois a mão sempre vai estar virada para um lado ou para o outro, mas pode estar neutra sendo produzida no espaço neutro de sinalização (espaço à frente do sinalizador). A direção pode estar ausente, pois o sinal pode ser produzido sem o movimento de trajetória e também pode ser produzido no espaço neutro